

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

**OS MODOS NA RUA, AS MODAS EM CASA: O RECIFE OITOCENTISTA E A
BUSCA PELA CIVILIZAÇÃO.**

Sandro Vasconcelos da Silva
Mestrando do Programa de Pós-Graduação da
Universidade Federal Rural de Pernambuco e bolsista da FACEPE.
sanohman@yahoo.com.br

Na Europa, durante o desdobrar do século XIX, muitos acontecimentos concorreram para a modernização da vida urbana, como reflexo disso surgiram novos códigos de conduta, novos valores morais, novas formas arquitetônicas, esses, entre outros ideais possibilitaram a inovação de uma sociedade mais racional, acreditando no ideal de civilização, o grau máximo de desenvolvimento humano. Essa evolução social passou a ser vinculada aos avanços materiais e as facilidades proporcionadas desde Revolução Industrial inglesa.

Devido às influências políticas, comerciais e culturais exercidas por países como Inglaterra e França nos demais países ocidentais e alguns orientais, a Europa capitaneou esse “movimento pela modernização”, assumindo para si a representação do exemplo máximo de civilidade. Tal imagem passou a ser disseminada e gradualmente aceita, fazendo com que seus costumes, pensamentos e produtos fossem aceitos e utilizados, numa espécie de tentativa de alcançar o mesmo status civilizacional europeu.

Talvez a chegada da família Real não tenha sido o ponto de partida da implantação dessas idéias em solo brasileiro, mas sem dúvida foi um fato potencializador. Rio de Janeiro, Salvador e Recife (consecutivamente sede do império português e as duas mais importantes cidades do período), foram eivadas por diversos projetos de modernização urbana e conseqüentemente de sua sociedade.

Com base nessa premissa, indagamos como as transformações do espaço urbano influenciaram os costumes sociais, sobretudo dentro de casa. Nossa inquirição é feita através de um exercício de contemplação, uma busca minuciosa, no intuito de captar acontecimentos que levem a interpretação dos vários eventos ocorridos em seus espaços. Pensar para além da matéria que formam as cidades, das ações ocorridas, das memórias herdadas de um tempo vivido que compõem o tecido histórico. Entretanto, para se entender a cidade é necessário dissecá-la através dos olhares científicos e ao

mesmo tempo exercitar a imaginação histórica sublinhando a singularidade de cada análise, questionando a possibilidade de uma sistematização totalizante e considerando como essencial ao problema, a necessidade de uma discussão gerada a partir de uma pluralidade de procedimentos científicos, de funções sociais e convicções fundamentais.

A Nova História Cultural nos possibilita a escolha de vários temas imersos no ambiente urbano, partindo das relações sociais, políticas e econômicas - objetos tradicionais de pesquisa – aos costumes, aos hábitos alimentares, a vestimenta, a produção literária, aos meios de transporte, a arquitetura, as formas de diversão, aos espaços de sociabilidade. Assuntos vistos anteriormente como não-históricos, pertencentes ao campo do pitoresco, utilizados apenas para dar leveza à aridez do texto científico passam agora a compor o corpo da produção científica como objeto principal de estudo. Da mesma forma, as fontes foram ampliadas, indo além dos documentos oficiais, atualmente é comum o uso de Jornais, de panfletos, de rótulos diversos, da literatura, de cordéis, das cartas pessoais, de móveis, de utensílios domésticos etc.

Tendo isso em mente, observemos o contexto onde se desenrolam os acontecimentos por nós observados. O alvorecer do século XIX foi marcado pelo crescente comércio do algodão pernambucano aliado à uma alta no consumo do açúcar nordestino na Europa. Esses fatores foram responsáveis por uma retomada no desenvolvimento comercial de Pernambuco. Somemos a isso abertura dos Portos, em 1808, e conseqüentemente, uma elevação no preço dos produtos exportados, como os contatos comerciais passaram a ser feitos diretamente com os países europeus, sobretudo com a Inglaterra, o crescimento e modernização se faziam a olhos vistos, tanto que em 1823, a vila do Recife ascendeu a categoria de cidade e em 1827 passou a capital da província.

Entretanto, nem tudo são flores, desde o início dos oitocentos, o Recife já se apresentava como uma cidade de porte considerável. Para termos uma idéia sobre a distribuição espacial da capital pernambucana, atentemos para o perímetro urbano nas primeiras cinco décadas que era constituído pelas Freguesias de **São Frei Pedro Gonçalves**, localidade que deu origem ao Recife, porta de entrada da província, zona portuária e boêmia; a de **Santo Antonio**, local onde se encontrava a sede administrativa e os principais prédios públicos, igrejas e locais de diversão; a de **São José**, apinhada de casas e sobrados, mal ordenada espacialmente, local que oferecia moradia barata; e por fim a da **Boa Vista** essencialmente residencial, com amplos sítios e com farta vegetação. Sua dinâmica urbana atraía pessoas das mais variadas condições, tanto de

outras localidades regionais, como de diferentes nacionalidades ocasionando um crescimento desordenado de sua população, isso levou a geração de vários problemas administrativos e estruturais. Tanto que durante as três primeiras décadas dos oitocentos a cidade afundou em vários conflitos sociais, contrapondo-se ao ideal de civilidade e conferindo-lhe a má fama de “atrasada”, suja e violenta.

Os que sonhavam com uma cidade moderna perceberam a necessidade não só de uma mudança estrutural, como também um refinamento nos costumes, sobretudo das classes populares, origem de vários problemas. Sendo assim, o Estado tomou a decisão de “educar” essas classes, normatizando seus costumes e usos do espaço público, tentando arrastá-las para a luz da civilização, impondo a estas novas formas de convívio e novas atitudes, tal processo pode ser entendido mediante ao que Nobert Elias chama de "segunda natureza", ou seja, a estrutura psíquica individual moldada pelas atitudes sociais, onde o comportamento e formas de discurso são gradualmente transformados pelo crescente domínio da vergonha das atitudes antepassadas mediante o aparecimento de uma cultura considerada elevada. O auto-controle era cada vez mais imposto por uma rede complexa de conexões sociais. Sob constante vigilância, tais pessoas passam a ter seus hábitos cotidianos vigiados, normatizados e qualquer menção de desvio, censurados sob um olhar severo de polícia.

Contudo, a modernidade tão almejada viajava de navio e era trazida nas bagagens dos vários estrangeiros que aqui estiveram; como também dos pernambucanos recém-chegados das terras européias, após passeios, conclusão de negócios ou de estudos. Essa constante convivência com novas idéias levou a incipiente intelectualidade, assim como da classe dominante, a gestação de um desejo de continuidade da posição de destaque exercida pela cidade dentro do cenário social e político. Sendo assim, fazia-se necessário a adoção de um novo modelo social, onde a modernidade ditava as regras.

Entram em cena as Posturas Municipais, conjunto de leis criadas pela Câmara Municipal que visavam organizar os usos dos espaços públicos prezando pela ordem e paz coletiva. Contudo as leis proferidas pelas posturas por si só não se faziam valer, havia a necessidade de algum mecanismo responsável por sua execução, essa tarefa espinhosa ficou a cargo do corpo policial. Havia regulamentos para os mais variados assuntos: uso das praças, das ruas, dos chafarizes; proibições aos batuques, ao ajuntamento de escravos em tavernas, à permanência na rua durante a noite, etc. Tudo feito no intuito de cada vez mais controlar a parcela pobre da população. Entretanto, a

mesma rigidez não se aplicava aos ricos, sua situação era diferente, ao invés de repressão, novos espaços de sociabilidade foram surgindo com a modernização da cidade, como por exemplo, praças, passeios públicos, teatros, restaurantes, cafés, clubes.

Vale lembrar que essa aspiração transformadora não representou unanimidade a respeito do assunto, um segmento do grupo de pessoas que comandava a sociedade pernambucana era tradicional, isso fez com que seus integrantes não vissem com bons olhos os novos costumes, foi necessário vencer os entraves paulatinamente. Além disso, observemos que mesmo buscando por uma modernidade, Pernambuco, assim como todo o Brasil, ainda se servia dos braços escravos para vários afazeres e, sobretudo, para movimentação de sua economia, um verdadeiro contra-senso as idéias de evolução social.

No âmbito das mudanças as primeiras ocorridas foram as estruturais, os primeiros contatos com novas experiências urbanísticas européias foram feitos através das missões francesas de 1819 e 1842, responsáveis por estudos de engenharia hidráulica e melhoramentos do porto. Sobre esse assunto nos conta Ângela Maria Maranhão Barreto:

Foi nesse ambiente que, Francisco do Rego Barros governador da Província de 1837 a 1844, recém-chegado da França, implantou um conjunto de medidas que modificariam o aspecto da cidade, com grandes melhoramentos: aberturas de ruas conquistadas dos mangues, construção de estradas para o interior, a edificação das pontes da Madalena, Afogados, Jaboatão e da Caxangá, a primeira ponte pênsil do país (...) e a reforma das pontes de Recife e Boa Vista. (BARRETO, 1994: 46).

É interessante observarmos que a arquitetura neoclássica foi amplamente utilizada a partir de então como uma espécie de marco divisor entre o moderno e o arcaico. O novo e moderno Recife ganhou seus primeiros esboços através dos trabalhos do engenheiro francês Louis Léger Vauthier que durante a década de 1840, foi nomeado como chefe da Repartição das Obras Públicas, através de seus estudos e obras (concluídas *a posteriori* por outros engenheiros franceses e pernambucanos) a capital pernambucana sofria uma remodelação. Dentro desse ímpeto modernista que tomava a urbe durante os oitocentos podemos perceber a intencionalidade do “progresso” de “quebrar” com quaisquer elos remanescentes que lembrassem o passado de dominação portuguesa, considerado atrasado, dessa forma muitas casas e prédios ou mesmo espaços sucumbiram diante dos projetos de modernização. O Recife se tornava uma réplica da Europa.

Durante a primeira metade dos oitocentos, a elite recifense esforçou-se para refinar seus costumes, buscando através das regras da polidez ser, segundo Claudine Haroche, “capazes de revelar aos olhos estrangeiros o estado social e político de (sua) sociedade”. (HAROCHE, 1998:18, grifo nosso). O modo barroco de viver em voga até então, vai sendo substituído pelo comedimento e pela reserva nos modos, pela forma de falar, pela elegância tanto no vestuário como nos gestos. Uma nova sociedade emerge, transformando-se e assim como a cidade, modernizando-se.

Hábitos antigos considerados selvagens começam a ser abandonados, principalmente aqueles que ofereciam prejuízo a saúde. Por isso, o incentivo ao banho passou a ser bastante estimulado, por exemplo, assim como, a limpeza das casas, para evitar os miasmas e as doenças. A aparência toma importância cada vez maior, parecer civilizado era tão importante quanto sê-lo. Não só a classe dominante, mas aqueles que desejam ascender à ela tentam se civilizar. A educação dos sentidos ditou as condutas sociais que tinha na linguagem da razão uma maior eficácia na imposição das suas regras. Como observa Renato Janine Ribeiro:

À medida que as maneiras se refinam, tornam-se distintivas de uma superioridade: não é por acaso que o exemplo parece sempre vir de cima e, logo é retomado pelas camadas médias da sociedade, desejosas de ascender socialmente. Essa imitação é um dos grandes veículos da difusão das boas maneiras. (RIBEIRO, 1987:19).

Porém, nem todos que faziam parte da classe dominante ou intelectual estavam satisfeitos com essas mudanças, conservador e sarcástico, o padre Lopes Gama, em seu periódico **O Carapuceiro**, fazia as seguintes observações a respeito, em um artigo de sete de dezembro de 1843, intitulado **O nosso progresso**:

Por meio desses viajeros e desses doutoraços é que as doutrinas ímpias dos filosofantes da França pouco a pouco, se foram importando no Brasil (...) não se conheciam sociedades, partidas, bailes nem soirées, quadrilha só se conheciam as de ladrões, não se sabia o que era vis-à-vis, e passear um marmanjo com uma senhora pelo braço seria motivo para se por em conflagração um reino inteiro. (...) As moças eram góticas no que se mostravam versadas era nas graças (...) raras vezes saíam de casa (...) nunca falavam com um homem. (...) Hoje as senhoras de bom tom dormem todo o dia e velam todas as noites nos bailes, nas companhias, no teatros, etc. (MELLO, 1996:50-57).

Com a mudança dos hábitos muitas pessoas, na segunda metade dos oitocentos, começaram a sair mais de casa. O belo sexo - como eram conhecidas as mulheres da classe social ascendente - começou ter uma participação mais ativa nessa nova cidade, como bem observa Antônio Pedro de Figueiredo, em sua coluna **A Carteira**, publicada no Diário de Pernambuco de 12 de janeiro de 1857:

O belo sexo já vai participando dos progressos da civilização entre nós. Que diferença a este respeito entre Pernambuco de há vinte anos e o nosso Pernambuco!

Ainda nessa época, tão pouco remota, a recepção de uma visita, principalmente do sexo masculino, dependia ordinariamente do homem chefe de família, por qualquer título que fosse. Graças à administração do Exmo. Barão da Boa Vista, a sociabilidade foi penetrando entre nós e, louvres a Deus, hoje já vai se estendendo a ação do belo sexo da sua influência secular nos negócios domésticos há uma muito legítima influência nas reuniões públicas. (MELLO, 1996: 432-433).

O teatro foi sem dúvida um dos mais importantes locais de sociabilidade nesse momento, embora desde século XVIII o Recife já contasse com uma casa de espetáculo, foi no imponente Teatro de Santa Isabel que as famílias importantes encontravam a diversão adequada, espetáculos como cantatas, óperas, peças e apresentações extraordinárias, eram oferecidos ao seletor público. Os encontros ocorridos em seu salão principal eram responsáveis por lançamentos de modas, flertes, encontros políticos, etc.

O contato com as mudanças ocorridas nas ruas proporcionou mudanças nos hábitos da casa. Com a abertura cada vez mais freqüente de seu espaço particular para as novas formas de sociabilidade – jantares, saraus, etc., as pessoas transformaram certos cômodos de suas casas em espaços públicos. Palco perfeito para demonstração dos novos modos, além é claro de todo aparato mobiliário, onde cada peça simbolizava um pedaço de modernidade: a mobília em estilo Luiz XV, a prataria inglesa, a louça oriental, os lustres com iluminação a gás, etc.

Lucilo Varejão em seu livro *De que morreu João Feital?* Romance que reporta alguns hábitos do final do século XIX ao comentar um baile feito em casa de um dos personagens centrais, nos dá um exemplo dessa interiorização do público:

Pelos cantos do salão, onde as cadeiras, agora, se arrimavam à parede, velhotas casadouras se abanicavam com risinhos de censura às toilettes alheias, numa algazarra de maitacas em bando.

*As raparigas, essas estacionavam quase todas no **quarto** que abria para o salão, transformando neste dia, em vestiário; alguma, com exageros de atavios, davam-se mesmo a liberdade acenar aos derriços ocasionais, entre*

requebros estudados e olhares de provocação, por trás dos leques.(VAREJÃO, 2006:62).(grifo meu)

Aqui podemos observar que as pessoas já possuíam uma maior intimidade com o ambiente (o quarto) e os donos da casa que permitiam o acesso a certos espaços que antes eram restritos apenas aos mais íntimos. Como um dos *habitués* do baile oferecido por Totônio Sales em *Os Azevedos do Poço*, de Mário Sette, vamos nos sentar e ouvir a conversa entre duas senhoras a respeito de intimidade e as modernidades do *fin-de-siècle* pernambucano:

- Isso vai num progresso. Onde já se viu, no meu tempo, uma mocinha de braço com um rapaz, passeando, conversando, talvez inconveniências, rindo-se um para o outro nas barbas dos mais velhos!

(...)

- Um escândalo!... Antigamente uma donzela só ficava sozinha com o rapaz na noite do casamento. Antes, nem por sonhos. Agora, é “soarê”, é teatro, é banquete, tudo misturado. Os namorados juntos; as casadas umas com os maridos das outra; as viúvas, até as viúvas se derretem, d. Porcina! Não está vendo d. Amalinha, de luto aliviado, toda caída pelo capitão Bianor?... Viúva no nosso tempo tirava mais o vestido preto e o chorão? (SETTE, 2005:313-314).

E por mais que se tentasse resguardar a “santidade do lar” protegendo de olhos curiosos o que se passava nas alcovas e outros cômodos, às vezes, a casa se transformava em palco de espetáculo público, como comenta Mauro Motta:

(...) o ataque histerico que se rebentava nas casas, às vezes em série, quando alguém adoecia “gravemente” ou morria gente da família – a saída do enterro a casa só faltava vir abaixo, o que constituía forma de prestigiar o morto – quando se rompiam os noivados, quando havia briga mais violenta entre marido e mulher, ou entre pai e filha. Então havia um desadorno no quarteirão, na rua toda.

Percebia-se o tamanho dessas tragédias ou comédias domésticas pelos gritos que as anunciavam, convocando curiosos para as janelas, a vizinhança e parentes para socorrer a histerica em geral contorcendo-se no sofá da sala-de-visita, local mais correto par ao exibicionismo. (MOTTA, 1976: 106-107).

Constantemente associado ao costume das classes menos favorecidas, tais “espetáculos” também ocorriam nas famílias importantes, sobretudo nas dos comerciantes que residiam na imponente Rua Nova (Freguesia de Santo Antonio) ou na da Rua da Imperatriz (Freguesia da Boa Vista).

Um instrumento em particular trouxe um status de sofisticação aos lares: o piano. Popularizado nesse período, permitia as pessoas da família, especialmente às moças, divertimento e ao mesmo tempo, a exibição dos seus talentos como concertistas. Trazia-se, nessas ocasiões, literalmente à baila coreografias européias (reproduzidas à risca ou adaptadas), entre elas as mais refinadas como: *o pas de deux* e *o pas de quatre*; assim como as populares: caxuxa, quadrilha, valsa e galope. Essa última incentivava

ainda mais a acidez das observações feitas pelo Padre Lopes Gama “Não me parece adequado ao nosso público o tal estrambótico Galope. Entretanto, como somos macaquinhos adotamos o galope, embora seja uma espécie de pulha por ser uns passos das bestas, e só sirva para nos fatigar.” (GAMA, 1983: 423-424).

No cotidiano recifense, a moda foi sem dúvida uma das principais formas de interação entre os que ansiavam civilizar-se e a cultura européia, ela também foi responsável pela distinção que se queria dar entre os “selvagens” e os “civilizados”, uma vez que, como bem foi observado por Renato Ribeiro “através dela constantemente se resgatam critérios que distinguem as classes” (RIBEIRO, 1987:19-20) garantindo o ingresso ao seu meio, a repartição entre refinados e rudes. A moda vai além do vestuário, ela se estabelece no modo de falar, de andar, de gesticular, criando novos hábitos. Moda e costume estão intimamente ligados, segundo Daniela Calanca:

Em relação à moda, o termo “costume”, na acepção de “hábito constante e permanente que determina o comportamento, a conduta, o modo de ser” de uma comunidade, de um grupo social, remete ao conceito de sistema, de estrutura, ou seja, conjunto de vários elementos relacionados entre si. Considerados isoladamente, tais elementos estão privados de valor; no entanto, assumem um significado no momento em que são ligados por um conjunto de normas, de regras coletivas. (...) quando a “paixão” pelo novo, pelo recente, pelo requinte, pela elegância, etc., e a renovação das formas tornam-se um valor, quando a mutabilidade dos feitios e dos ornamentos não constitui mais uma exceção, mas se torna uma regra estável, um hábito e uma norma coletiva – isto é, um costume. (CALANCA, 2008:11-12).

Um outro aspecto pode ser observado através da busca pelo refinamento dos costumes, mesmo através da encenação criada a partir da demonstração de bons modos e etiqueta, “os valores estéticos servem assim como fator de equilíbrio na sociedade, reduzindo a sua violência” (RIBEIRO, 1987:31). Podemos especular que talvez esse conjunto de pessoas, não simplesmente imitava modos ou modas alheios, ao assumir uma nova postura social, elas achassem que poderiam se desvencilhar de uma imagem de selvageria e violência acumulada durante séculos.

O monitor das famílias foi um dos manuais de bom-tom criado para prestar serviços ao boa educação, endereçado ao belo sexo, recomendando atitudes “nobres e respeitáveis”. Os primeiros seis números traziam informações sobre o imperador e sua consorte, como lembrança da visita feita ao Recife em 1859. Os demais números traziam informações detalhadas dos modos e costumes típicos da época, sugerindo

formas adequadas de se portar, trajar, etc. Instruções sobre a paisagem e desenvolvimento da cidade, prédios e logradouros.

Os periódicos foram um importante veículo de crítica a “teatralização” dos costumes vigentes, jornais como **O Satanás** (1880-1882), o **Jornal para rir** e o **Jornal para chorar** (ambos de 1878), a seção Gazetilha do **Jornal do Recife** (1859-1938) criticavam ferozmente a “reeuropeização” do Recife, ridicularizando os modos daqueles que buscavam ser civilizados. Entretanto, um dos mais incisivos foi o **Diabo a Quatro** (1875-1877), através de críticas bem-humoradas e caricaturas de Antonio Vera Cruz, satirizavam o cotidiano da cidade.

Graça Ataíde, ao pesquisar o humor nos periódicos pernambucanos da segunda metade dos oitocentos vai chamar a atenção para o fato de que “os jornais do gênero burlesco utilizavam o humor para chamar a atenção, principalmente, aos temas mais variados que representam imagens do cotidiano da época” (ATAÍDE & ANDRADE, 1999: 12) essa idéia é reforçada por Rosário Andrade que afirma:

Nesse contexto, toda sociedade desenvolve sua visão de construção social, da relação entre homem e sociedade. Assim, na cidade, são múltiplos os olhares opiniões, conceitos e preconceitos sobre seus espaços e os usuários desses espaços. Assim são definidos valores relacionados ao que deve ser conservado e preservado e o que pode e até deve ser destruído em nome do progresso. (IDEM, 1999:98)

Podemos observar que o processo de modernização da cidade estava atrelado às veleidades da classe dominante da época, embora com o crescimento urbano algumas medidas fossem necessárias, e mesmo tendo força não foi imune as críticas. Não queremos com isso dizer que a parcela pobre da população ficou completamente imune ao que era ofertado nesse novo mundo, ela também foi afetada pelas mudanças de diversas formas, sendo alvo de repressão, buscando se inserir no novo contexto, buscando identificação nas novas formas, etc. Isso poderia ocorrer das mais variadas formas, explicitamente ou mais diluída, muitas vezes não no sentido de parecer um francês, mas sim de aparentar-se ou de ser como a família do “doutor de direito” ou do “dono do armazém de açúcar”.

Sendo assim, discordamos do Padre Lopes Gama que sempre evidenciava nossa disposição de “macaquear” os europeus. Enxergamos, além da simples imitação, através adoção dos costumes estrangeiros, houve uma reinterpretação dos desejos, um reflexo

captado através de outros olhos onde os anseios que moveram essas pessoas eram múltiplos, seus parâmetros e referenciais, díspares.

Parece-nos que a popularização do gosto pelo que vinha da França, não só mudava as maneiras, mas as formas também, uma vez que a paisagem urbana passou por adaptações que deram lugar a esse desejo, servindo como grande palco onde se encenavam uma trama grandiosa e utópica. De forma bilateral, as formas foram sendo adaptadas, transformadas, dando um novo sentido à palavra cidade – local onde residia o futuro, o progresso – e com isso os hábitos passaram a repercutir num ajustamento de teor local, transmutando palavras, gestos, atitudes, criando de fato um novo mundo que não era nem a França e nem o Brasil, era o Recife.

Referências:

ALMEIDA, Maria das Graças de Andrade Ataíde de. & LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. **História (nem sempre) bem-humorada de Pernambuco: (140 caricaturas do século XIX).** – Recife: Bagaço, 1999.

BRANDÃO, Carlos Antonio Leite. **A formação do homem moderno vista através da arquitetura.** 2ª ed. – Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BARRETO, Ângela Maria Maranhão. **O Recife através do tempo: formação de sua paisagem.** – Recife: FUNDARPE, 1994.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. **Uma idéia ilustrada de cidade: as transformações no Rio de Janeiro de D. João VI (1808-1821).** – Rio de Janeiro: Odisséia, 2008.

CALANCA, Daniela. **História social da moda.** – São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2008.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizatório.** v. 1. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. **O Carapuceiro.** – Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983, v. 2.

HAROCHE, Claudine. **Da palavra ao gesto.** – Campinas, SP: Papirus, 1998.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. **O Carapuceiro: o padre Lopes Gama e o Diário de Pernambuco 1840-1845.** – Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1996.

_____. **Diário de Pernambuco: Economia, sociedade no 2º Reinado.** – Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

MOTTA, Mauro. **Modas e modos.** – Recife: Ed. Raiz, 1976.

O MONITOR DAS FAMÍLIAS; periódico de instrução e recreio. – Recife, FUNDARPE, 1985.

RIBEIRO, Renato Janine. **A etiqueta no Antigo Regime: do sangue a doce vida.** – São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SETTE, Mário. **Romances urbanos.** – Recife: Ed. do Organizador, 2005.

VAREJÃO, Lucilo. **Romances recifenses.** – 3ª ed. Recife: Ed. do Organizador, 2006.